

De: "Marcio Fernando Sueth da Silva" <marcioms@tcu.gov.br>

Para: cplpu@prefeitura.ufpb.br

Enviadas: Terça-feira, 13 de março de 2018 17:46:10

Assunto: Pregão Eletrônico 6/2018

Prezado Senhor Prefeito,

Em consulta ao edital do Pregão Eletrônico 6/2018, publicado no dia 12/3/2018, observamos que a licitação será constituída por um único grupo (item 2.1 do edital) e que a proposta deverá ser ofertada pelo valor global anual por grupo (item 7.5.1 do edital), embora envolva a prestação de serviços nestas quatro localidades/campi:

QUANTITATIVO MÁXIMO ESTIMADO DE REFEIÇÕES											
REFEIÇÕES	CAMPI / LOCALIDADES							QUANTIDADES MÁXIMAS ESTIMADAS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	CUSTO TOTAL DIÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	CUSTO TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
	CAMPUS I			CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS IV					
	Castelo Branco Residências	CTDR Mangabeira	CCI Santa Rita	CCA	CCHSA	CCAE Rio Tinto	CCAE Mamanguape				
	A	B	C	D	E	F	G				
DESJEJUM	564,00	-	-	360,00	360,00	-	-	1.284,00	7,54	9.681,36	1.936.272,00
ALMOÇO	2.400,00	-	-	720,00	720,00	360,00	-	4.200,00	14,26	59.892,00	11.978.400,00
JANTAR	1.200,00	-	-	600,00	600,00	300,00	-	2.700,00	13,88	37.476,00	7.495.200,00
LANCHE NOTURNO	564,00	-	-	360,00	300,00	-	-	1.224,00	7,29	8.922,96	1.784.592,00
TOTAL GERAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (R\$)											23.194.464,00

Sobre o assunto, verifica-se que a presunção legal é de que o aumento da competitividade favorece a redução de preços, conforme o art. 37, incisos XXI, da Constituição Federal, combinado com o art. 3º, § 1º, inc. I; art. 15, inc. IV; art. 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

Este entendimento também está pacificado por esta Corte de Contas, conforme os termos da Súmula TCU 247, verbis:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Assim, solicitamos informar, caso julgue oportuno, as justificativas que subsidiaram a decisão pelo não parcelamento do objeto da presente licitação, uma vez que tal constatação pode vir a prejudicar a competitividade entre os possíveis licitantes interessados.

Atenciosamente,

Marcio Sueth

Tribunal de Contas da União

Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba

Secretário

((83) 3533-4060 * marcioms@tcu.gov.br

De :	Comissao Permanente de Licitacao <cplpu@prefeitura.ufpb.br>	Ter, 13 de mar de 2018 23:14
Assunto :	Re: Pregão Eletrônico 6/2018	
Para :	Marcio Fernando Sueth da Silva <marcioms@tcu.gov.br>	

JUSTIFICATIVA

A disposição dos custos relacionados com cada campus reflete as condições de contratação, diferenciada de acordo com a região da prestação dos serviços, em insumos como, por exemplo, a aplicabilidade ou não do uso de vales-transportes e custos de refeições, e não como um item específico a ser licitado.

Para a Administração, não há viabilidade em se contratar, para cada Campus, uma prestadora de serviços, tendo em vista que, a despeito das características intrínsecas ao modus operandi de empresas de fornecimento de refeições, determinados procedimentos poderão encontrar distinções entre uma e

outra empresa especializada, trazendo enormes dificuldades para a fiscalização, gestão de contratos, medições e pagamentos.

A adjudicação por grupo é comumente adotada para a contratação de serviços de serviços terceirizados, uma vez que estes objetos são compostos por inúmeros itens, cujo cadastramento individualizado se mostra complexo e inviável. (Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU/Selip/Dilic, MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PP 28 e 29).

Enquadra-se ainda nas exceções (grifadas) da Súmula Nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247 - TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A redação da súmula não se aplica ao nosso caso, uma vez que **haverá prejuízo para o conjunto ou complexo**.

Além disso, verifica-se a ampla competição em certames dessa natureza, com cerca de 20 a 22 empresas que acorreram ao último pregão realizado por esta administração.

Demonstra-se, assim, a indivisibilidade do objeto, tornando-se imperativa a adoção de agrupamento dos itens.

Att.

CPLPU

Prezado Dr. Márcio Fernando Sueth da Silva

Cópia ao Dr. Aderaldo Tiburtino Leite;

Após debatermos o assunto internamente, apresentamos as justificativas do setor demandante (arquivo anexo em pdf), corroborada pela manifestação já proferida pela CPL/PU, enviada anteriormente e que relembramos abaixo:

JUSTIFICATIVA

A disposição dos custos relacionados com cada campus reflete as condições de contratação, diferenciada de acordo com a região da prestação dos serviços, em insumos como, por exemplo, a aplicabilidade ou não do uso de vales-transportes e custos de refeições, e não como um item específico a ser licitado.

Para a Administração, não há viabilidade em se contratar, para cada Campus, uma prestadora de serviços, tendo em vista que, a despeito das características intrínsecas ao modus operandi de empresas de fornecimento de refeições, determinados procedimentos poderão encontrar distinções entre uma e outra empresa especializada, trazendo enormes dificuldades para a fiscalização, gestão de contratos, medições e pagamentos.

A adjudicação por grupo é comumente adotada para a contratação de serviços de serviços terceirizados, uma vez que estes objetos são compostos por inúmeros itens, cujo cadastramento individualizado se mostra complexo e inviável. (Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU/Selip/Dilic, MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PP 28 e 29).

Enquadra-se ainda nas exceções (grifadas) da Súmula Nº 247 do TCU:

SÚMULA Nº 247 - TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,

desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A redação da súmula não se aplica ao nosso caso, uma vez que haverá prejuízo para o conjunto ou complexo. Além disso, verifica-se a ampla competição em certames dessa natureza, com cerca de 20 a 22 empresas que acorreram ao último pregão realizado por esta administração.

Demonstra-se, assim, a indivisibilidade do objeto, tornando-se imperativa a adoção de agrupamento dos itens.

Acrescido a essa situação, o público atendido pelo programa de Restaurantes Universitários é oriundo de situações de vulnerabilidade, e essa ação é importante para sua permanência na UFPB, desta forma, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (**Pnaes**), que conforme descrito no Portal do MEC almeja manutenção de estudantes com essa característica:

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Criado em 2008, o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram

R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. Para 2010, a previsão é de que sejam destinados R\$ 304 milhões.

Acrescenta-se o cuidado de nossa instituição em tentar buscar padronizar a refeição oferecida e o cardápio, que já se encontra descrito no processo, almejando que não exista distinção entre os campi, em especial, na capital, campus sede e as demais unidades e campi no interior. Bem como que exista o atendimento aos critérios nutritivos desse, motivo pelo qual, inicialmente buscamos o critério de homologação por proposta global.

Diante das exposições efetuadas pela Superintendência de Restaurantes Universitários e pela CPL/PU, apresentamos a esta SECEX as justificativas.

Ressaltamos que por precaução e decorrente do Apagão da quarta a tarde e demandas da auditoria da CGU no dia de ontem resolvemos pelo DOU de hoje suspender o certame, até que se resolva a melhor forma de sua condução.

Atenciosamente,

João Marcelo Alves Macêdo

Prefeito Universitário

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto:Justificativa TCU

Data: Wed, 21 Mar 2018 08:38:30 -0300

De: Cristiano Mota <cristiano.mota@gmail.com>

Para: joamarcelo@prefeitura.ufpb.br, fernandoamedeiross@gmail.com

Bom Dia!

Segue justificativa TCU retificado:

Onde lê-se:

Campus IV

Residentes: 314

Aux Moradia: 106

Restaurante Universitário: 8

Leia-se:

Campus IV

Residentes: 8

Aux Moradia: 314

Restaurante Universitário: 106

O quantitativo é o mesmo, muda apenas a ordem.

Cristiano de Sousa Mota



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU

João Pessoa, 20 de março de 2018.

Prezado Sr Prefeito da UFPB
João Marcelo

No edital 06/2018, que consta a contratação de serviços de refeições nos Restaurantes Universitários Campi I, II, III e IV da UFPB, quando é interpelado pelo TCU no item 2.1 e no item 7.5.1, embora envolva a prestação de serviços nessas quatro unidades, o mesmo sugere que seja individualizado.

De acordo com a súmula do TCU de nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Diante do cenário apresentado pela TCU, a UFPB tem hoje o seguinte quantitativo de beneficiários abaixo:

Campus I

Residentes: 372
Aux Moradia: 1.451
Restaurante Universitário: 1.413

Campus II

Residentes: 259
Aux Moradia: 197
Restaurante Universitário: 88

Campus III

Residentes: 134
Aux Moradia: 197
Restaurante Universitário: 66

Campus IV

Universidade Federal da Paraíba
Superintendência dos Restaurantes Universitários
Cidade Universitária – Campus I - João Pessoa, Paraíba, 58051-900
Fone: (83) 3216-7231



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE – PRAPE
SUPERINTENDÊNCIA DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS - SRU

Residentes: 8
Aux Moradia: 314
Restaurante Universitário: 106

Diante do exposto, vemos uma disparidade de cenário, no Campus I – João Pessoa. Temos 3.036 beneficiários, dos quais 372 fazem jus a 4 refeições pelo novo pregão, em detrimento aos demais.

Rio Tinto/Mamanguape – Campus IV, temos 444 beneficiados, dos quais 16 residentes que fazem jus as 4 refeições, pelo novo pregão e assim para os demais Campus II e III.

Teoricamente aonde temos o maior número de discentes, teremos uma melhor proposta de valores das refeições, aonde se lê o menor número de quantitativo de discentes, teoricamente, diante de políticas de mercado, terá um valor a maior que os demais, e assim sucessivamente.

Bem como se fala na súmula 247, ***“para que não haja prejuízo para a instituição”***, o valor agregado, teoricamente teremos uma proposta com valor a menor, que atendam todos os Campi.

Para que a empresa venha atuar no Campus I, quantos funcionários a mesma deva ter para atender esse número de discentes?

Logo veremos que a empresa que participar para o menor número de discentes, teoricamente irá colocar tudo isso nos custos, o que irá onerar a UFPB. Onerando a UFPB em média de 20%, significa dizer que a Instituição terá que obrigatoriamente cortar 20% do número de auxílios oriundo do PNAES, desta feita, se faz necessário que seja feito em bloco.

Da forma que o TCU solicita que seja feita em separado, a Instituição teria que fazer com que todos os Campi do interior realizem seu processo licitatório, tendo que demandar tempo, funcionário, alteração de resoluções da UFPB no que concerne a Superintendente dessas unidades de outros Campi, gerando novos custos.

É importante ainda ressaltar que, hoje estamos operando com o pregão 13/2017, pregão este emergencial de 180 dias, com prazo para encerramento em maio de 2018.

Em resposta a indagação do Sr Prefeito Universitário João Marcelo, pela indagação feita pelo TCU, mantemos nosso entendimento como preconiza a lei 8.666/93, que seja adquirido o serviço de qualidade e menor custo, que mantenhamos o que já está disposto no edital 06/2018, ou seja, que continue em bloco para diminuição do custo final.

Este é nosso parecer, salvo melhor entendimento do ordenador de despesas.

Fernando Augusto Medeiros da Silva
Superintendente dos RU's
Siape 3361159

Prezado Sr. Prefeito João Marcelo,

Primeiramente agradeço a toda equipe dessa UFPB a consideração e pronta resposta aos nossos questionamentos. Tais apontamentos, como dito desde o início, foram no sentido de mitigar eventuais riscos do certame em tela, assim como de colaborar para que o processo de contratação seja amparado nos princípios da economicidade, competitividade e julgamento objetivo.

A ação desta Secex-PB, até o presente momento, buscou colaborar preventivamente com o processo licitatório que está sendo realizado, ficando sob a discricionariedade dessa Instituição prosseguir com o Pregão 06/2018 na forma que entender mais correta e conveniente.

Analizando, exclusivamente, as últimas justificativas para o não parcelamento da licitação, apresentadas no documento em anexo, parece não haver elementos, por ora, para uma ação imediata de iniciativa desta Secretaria.

Ademais, importante salientar que a decisão aqui expressada não representa o posicionamento do TCU, o qual é representado pelos seus Ministros, e se manifesta por meio de decisões tomadas por seus Relatores, Câmaras e Plenário.

De igual forma, merece destaque que os argumentos e alegações levantados e defendidos no decorrer desse debate não podem ser utilizados futuramente como elemento de justificativa uma vez que o assunto aqui tratado não pode ser objeto de Consulta por não preencher os requisitos exigidos art. 264 do Regimento Interno/TCU.

Por fim, esclareço que a Secex-PB seguirá acompanhando a licitação em epígrafe, conforme seu poder dever fiscal.

Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcio Sueth

Tribunal de Contas da União

Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba

Secretário

☎ (83) 3533-4060 ✉ marcioms@tcu.gov.br